OZDigal
www.ozdigal.pt
RELATÓRIO
E CONTAS
2017

OZDigal

Índice

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração 3
Mensagem Do CEO 5
Apresentação 7
Visão e Missão 7
Valores 7
Os Grandes Desafios Do Sector 8
Análise Macroeconómica 10
Evolução do Preço do Petróleo 10
Divisas – Fortalecimento do Euro 12
O Mercado Nacional 14
Principais Destaques De 2017 15
Actividades 17
Gás Canalizado 17
Gás Embalado 17
Equipamentos Solahart 18
Prestação de Serviços 18
Perspectivas Futuras 19
Anexos 20
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 23
ANEXO 28
1. NOTA INTRODUTÓRIA 28
2. POLITÍCAS CONTABILÍSTICAS 28
2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO 28
2.2. ADOÇÃO DE IFRS/IAS NOVOS OU REVISTOS 29
2.3. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 34
2.4. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS 34
2.5. IMPOSTO SOBRE OS LUCROS 35
2.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS 36
2.7. IMPARIDADE 37
2.8. RÉDITO 37
2.9. PROVISÕES 38

2.10. JUÍZOS DE VALOR DO ÓRGÃO DE GESTÃO 38
2.11. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES 39
2.12. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS 39
3. PRIMEIRA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO 39
4. PROVEITOS OPERACIONAIS 43
5. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS 44
6. CUSTOS COM O PESSOAL 45
7. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES 45
8. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS 45
9. RESULTADOS FINANCEIROS 46
10. IMPOSTO SOBRE O LUCRO 47
11. RESULTADOS POR AÇÃO 48
12. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 48
13. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS 49
13.1. O EFEITO DO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL NOS RESULTADOS: 51
14. CONTAS A RECEBER 53
15. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS 54
16. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO 55
17. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 55
18. CAPITAL 56
19. RESERVA LEGAL 56
20. RESULTADOS TRANSITADOS 57
21. CONTAS A PAGAR 57
22. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS 58
23. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS 59
24. PARTES RELACIONADAS 59
25. PASSIVOS CONTIGENTES, GARANTIAS ECOMPROMISSOS 61
25.1. OUTRAS RESPONSABILIDADES 61
26. GESTÃO DE RSICOS FINANCEIROS 61
27. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃOA DA POSIÇÃO FINANCEIRA 64

Estimados Accionistas,

O ano de 2017 veio confirmar que a execução da estratégia do Grupo OZ Energia está a traduzir-se em criação de valor para a OZDigal e a permitir a construção dos alicerces para um futuro sustentável.

A energia é indispensável para a construção das sociedades moderna, sendo que o seu sector é alvo de permanentes transformações e fustigado por mudanças legislativas continuadas. Vivemos num mundo incerto, cada vez mais tecnológico e global, com grandes desafios e pleno de oportunidades.

Precisamente numa era de oportunidades, apenas os players mais ágeis e preparados serão capazes de ter sucesso. O grupo OZDigal tem como accionista a OZ Energia que premeia o futuro com crescimento e manutenção da identidade; o futuro com uma continuada aposta na eficiência; o futuro com o cliente no centro do que fazemos; o futuro na vanguarda da digitalização; o futuro com a antecipação às tendências e adequação do *portefólio* à evolução do mix energético e à procura de energia, com a maximização das sinergias com o *portefólio* actual.

O Conselho de Administração encara com entusiasmo e confiança as perspectivas futuras da OZDigal, acreditando que a empresa está mais capacitada para enfrentar os desafios do sector onde actua, o que permitirá prosseguir a sua trajectória de crescimento sustentado com a apresentação de resultados.

As empresas do Grupo OZDigal têm vindo a acelerar o seu processo de organização tornando-se com isso mais robustas e ganhadoras de uma maior resistência aos momentos menos favoráveis, assegurando a geração de valor de forma consistente. A disciplina e o rigor são características que definem a nossa Empresa.

A consistência das características foi reconhecida pelos accionistas durante o ano 2017 através da inversão dos resultados para sinal positivo contrariando os constatados consecutivamente em anos anteriores.

Continuamos comprometidos com a rendibilidade e geração de valor, nomeadamente através optimização de estruturas, redução de custos, redução do número de sociedades, identificação e actuação sobre segmentos de negócio sem rentabilidade, optimização de activos instalados e especial atenção ao desenvolvimento comercial do actual negócio.

O Conselho de Administração continuará a assegurar a adequada supervisão da execução estratégica, garantindo disciplina financeira e o estrito cumprimento das melhores práticas ao nível ambiental, de segurança e de governo corporativo.

Quero dirigir uma palavra particular de agradecimento à Administradora | CEO, Micaela Silva, por todo o seu empenho e trabalho desenvolvido, pois sem a sua contribuição não seriamos quem somos hoje.

Agradeço aos nossos accionistas a confiança que nos conferem e a todos os parceiros de negócio pela sua colaboração. Quero também evidenciar o meu apreço pela equipa de gestão e por todos os colaboradores que ajudam, todos os dias, a concretizar o sucesso da OZDigal.

Emanuel Freitas
Presidente do Conselho de Administração | OZDigal

Estimados Accionistas,

A todos os Stakeholders,

O ano de 2017 foi determinante. Com a entrada de um novo accionista assegurámos a sustentabilidade da OZDigal no tempo. A alteração no modelo de liderança e gestão do Grupo aportou mais negócio e sinergias anteriormente inalcançáveis, com resultados imediatos, na competitividade no *supply*, na logística e as decorrentes da integração operacional com a nova estrutura empresarial a que passámos a pertencer. Mais importante, mas difícil de medir, trouxemos um novo ânimo e uma nova alma ao Grupo.

A execução da estratégia que decorreu de uma profunda análise do negócio, da optimização da estrutura e custos associados, foi confirmada com o excelente desempenho do Grupo e consequente criação de valor. Todas as metas inicialmente projectadas foram superadas.

O nosso caminho estratégico está traçado: manteremos o foco no GPL, no qual centramos grande parte da nossa actividade e rentabilidade, mas continuaremos a trabalhar para sermos uma referência também no novo mix energético. Aproveitámos para recuperar e fazer crescer outros negócios como as renováveis, fundamentais nesta nova abordagem. Estamos perante uma alteração no padrão de consumo de energia à escala global, com uma tendência clara para a diminuição do GPL. Ainda assim, entendemos que está nas nossas mãos criar um futuro promissor, mudar o paradigma de consumo e a relação com o cliente.

Nos próximos anos prosseguiremos com a política de optimização de activos realocando-os nas plataformas do Grupo para fortalecer a nossa componente industrial. Estamos a testar novas abordagens, interacções, tecnologia e a disponibilizar produtos mais adequados aos novos padrões de consumo, sempre com o foco na proximidade ao cliente final.

Precisamente porque o nosso maior activo são os nossos clientes estamos prontos para crescer também em novas áreas de negócio, desenvolvendo soluções dentro ou fora do chapéu da energia. É pois fundamental que a relação comercial se torne verdadeiramente numa relação de parceria e como tal, baseada na confiança e na partilha. Queremos ser a energia com que podem contar em qualquer momento.

As projecções para 2018 são igualmente promissoras. Temos hoje consolidadas as bases desta nova fase. A nossa estratégia está focada na disciplina financeira, no cumprimento das melhores práticas ambientais e na cultura de orientação para o cliente.

Só um equilíbrio entre a sustentabilidade e a rentabilidade confere ao grupo resiliência e capacidade para continuar a crescer em qualquer circunstância, em qualquer ambiente.

Agradeço aos Accionistas, ao Presidente do Conselho de Administração e seus restantes membros, o forte empenho na procura de consensos, apoiando as estratégias de crescimento/desenvolvimento da empresa, que definimos.

Agradeço a toda a equipa a confiança, a paciência e todo o contributo e empenho que tem permitido tornar este projecto em algo tão especial!

Não posso deixar de mencionar e agradecer também a todos os clientes que mantêm a confiança na OZDigal, aos parceiros e fornecedores, prestadores de serviços e reguladores que compreenderam e aceitaram as profundas reformulações ocorridas durante 2017.

Estamos todos a contribuir para sermos a energia da nova geração!

Micaela Pereira da Silva

Micaela Silva
Administradora | CEO

A OZDigal dedica-se principalmente à gestão de participações sociais de sociedades, que actuam no sector da energia e à prestação de serviços transversais às mesmas. Com capitais 100% portugueses, é composta um grupo de empresas Participadas, cujo foco na comercialização transversal de energia se reparte pelas seguintes áreas:

- Comercialização de gás propano canalizado, na zona da Grande Lisboa, a cerca de 58.500 clientes finais;
- Comercialização e distribuição de GPL embalado das marcas OZ Energia (butano e propano), Campingaz e ASA (butano);
- Prestação de serviços técnicos e de manutenção;
- Exploração e armazenagem do terminal marítimo de sua propriedade, localizado no porto de Aveiro;
- Comercialização e instalação de equipamentos solar-térmicos da marca Solahart;
- Comercialização de biomassa – pellets e salamandras de queima de pellets;

Visão e Missão

A OZDigal é uma empresa em desenvolvimento que ambiciona ser a energia da nova geração. Para isso, actua na criação de soluções inovadoras para a utilização de energia e de excelência no serviço ao cliente, promovendo a sustentabilidade do negócio, criando valor para a sociedade, colaboradores e accionistas.

Valores

Para atingir os seus objectivos, a actuação de toda a equipa da OZDigal, é pautada pelos valores elegidos pelos seus colaboradores:

- Competência: valorizamos a capacidade de fazer bem feito, a proatividade para desenvolver trabalho em equipa. Fomentamos o desenvolvimento profissional e pessoal.

- Equipa: trabalhamos em conjunto para concretizar um projecto de futuro, cujo êxito se baseia na colaboração, entreajuda e partilha de conhecimento.

- Confiança: agimos perante os nossos Clientes, Colaboradores e Parceiros com honestidade, lealdade e respeito para estabelecemos relações a longo prazo baseadas na confiança mútua.

- Excelência: aspiramos a excelência no desempenho individual, no trabalho de equipa, na relação com o cliente, na procura e desenvolvimento de novos negócios. Procuramos superarmo-nos todos os dias.

- Integridade: agimos sempre com honestidade, ética e respeito pelos nossos Clientes, Colaboradores e Parceiros. Cuidamos do bem-estar das pessoas, da empresa, da sociedade e do ambiente em que operamos.

Em termos globais e numa perspectiva mundial, o sector da energia enfrenta grandes desafios, que irão moldar a transição energética das próximas duas ou três décadas, e que precisamos compreender para agir em consonância, garantindo a sustentabilidade do Grupo.

Destacamos os três principais pilares motores da transformação do sector:

I. A prosperidade económica e o aumento do consumo. Grande parte do crescimento no sector da energia será motivado fundamentalmente pelo aumento de consumo da China e da Índia;

II. O incremento de competitividade da energia à escala global. Com a entrada no mercado de milhões de novos consumidores, o consumo de energia irá crescer a um ritmo menos acelerado, quer por via do aumento da eficiência energética, quer pela incorporação de tecnologias mais eficientes na exploração. Por outro lado, o aumento de eficiência das renováveis veio também impor uma dinâmica de crescimento pela competitividade que aportaram ao sector. Temos mais quantidade e variedade de fontes de energia cada vez mais económicas;

III. A descarbonização, uma vez que o desafio mais importante será o de conseguirmos reduzir as emissões de carbono para os níveis estabelecidos nos acordos de Paris, face ao aumento de procura de energia. É expectável que os governos continuem a fomentar o desenvolvimento tecnológico, mas, complementarmente, passem a taxar as emissões de carbono, transferindo a responsabilidade do pagamento do imposto para as empresas comercializadoras, penalizando energias mais poluentes como o carvão.

Com estes desafios sempre presentes, procuramos diariamente novas soluções e formas diferentes de atingirmos melhores resultados. Não se trata de fazermos mais com menos, mas sim de forma diferente.

Enquanto empresa cujo posicionamento destaca essencialmente a operação de combustíveis fósseis, é necessário realçar que a relevância do petróleo não se vai esgotar nas próximas décadas. De facto, continuará a ter um papel preponderante no mix energético.

Prevê-se a continuação da resiliência do gás, sobretudo no sector industrial e da geração eléctrica. Mais ainda, os governos continuarão a encorajar a substituição do carvão por energias mais limpas, onde o gás terá um lugar preponderante.

Não podemos ignorar, contudo, que as renováveis apresentam um crescimento mais rápido do que qualquer outra fonte, contabilizando 40% no crescimento da energia primária. Acresce ainda a vantagem de terem mais apoios governamentais, o que permite a obtenção de resultados em matéria de eficiência mais rápidos, garantindo competitividade e redução de custos.

Estima-se que, em 2040, o mix energético seja composto por petróleo, carvão, gás natural, e renováveis, seguindo esta ordem de importância.

Em 2017, os dados macroeconómicos apresentam alguma robustez espelhada nas taxas de crescimento do PIB, dados do emprego e pelo optimismo dos resultados empresariais.

Estima-se que em 2018, a taxa de inflação possa atingir os níveis pretendidos e nesta conjuntura, à semelhança do que tem acontecido nos anos transactos, o mercado estará focado nas decisões das políticas monetárias por parte dos principais bancos centrais. Nos EUA, após as 3 subidas de 2017, a FED irá continuar a sua política de retirada de estímulos, ao subir a sua taxa directora provavelmente entre 2 a 3 vezes ao longo do ano de 2018. Na Europa, o processo de retirada de estímulos promovido pelo BCE está ainda no início, sendo que foi anunciada uma redução do plano de compras mensais de activos de 60M€ para 30M€, para o período de Janeiro a Setembro de 2018 – será este o mote para o início do ciclo de subidas da taxa directora, ou não passará de um aviso, por estar subjacente o entendimento de que enquanto a inflação não mostrar tendências efectivas de subida, será necessário continuar a apoiar as economias europeias para que estas consigam cumprir o serviço das suas dívidas.

Ainda em contraciclo das entidades homólogas, a política monetária nipónica indicia prosseguir expansionista. Os seus decisores políticos vão continuar a pressionar a inflação com estímulos fiscais, promovendo a criação de emprego e subida salarial para fomentar o consumo. Os mercados emergentes deverão dar continuidade às excelentes performances do ano passado impulsionados pela depreciação do dólar, pela maior preponderância do sector tecnológico neste mercado e recuperação de algumas *commodities*.

Apesar das subidas praticamente ininterruptas ao longo dos últimos anos, na generalidade dos mercados accionistas, podemos considerar que muitos títulos e sectores estão sobrevalorizados e que haverá uma correcção dos índices financeiros por aproximação à economia – no sector financeiro pela expectável subida das taxas de juro, no sector tecnológico pela capacidade disruptiva demonstrada na agregação de bens e serviços tradicionalmente fornecidos por outros sectores e na indústria automóvel pela prudência excessiva dos investidores aos desafios da transformação eléctrica e automação.

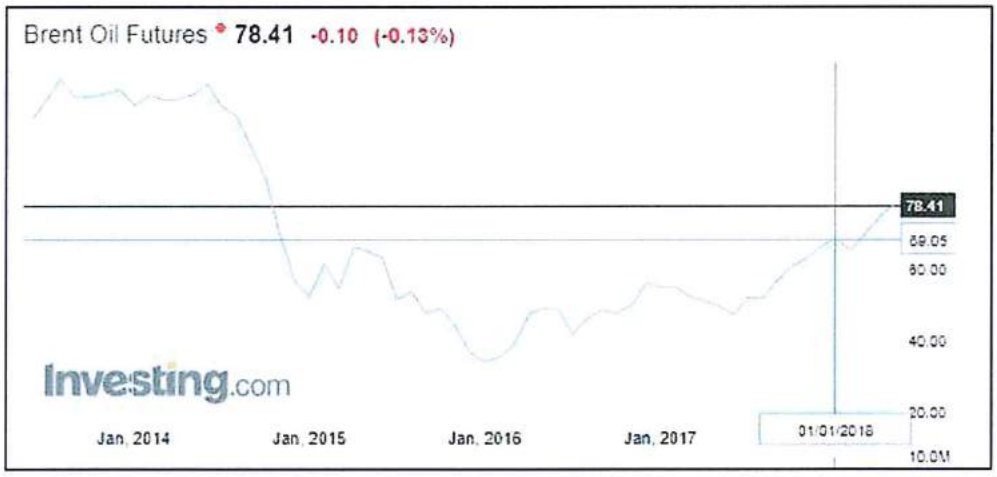
No primeiro semestre de 2017, o petróleo manteve-se com níveis de preços relativamente baixos, mas a tendência inverteu-se tendo sido revistas as previsões em alta no decurso do ano. Estimámos uma cotação para o brent, para 2017, de 55 USD/barril, ligeiramente abaixo da média real, que se fixou nos 57,74 USD/barril. A 26 de Dezembro de 2017, a cotação atingiu o valor máximo do ano: 67,02 USD/barril.

As sucessivas reuniões da OPEP, tendo a última do ano ocorrido a 30 de Novembro de 2017, apontaram para um acordo no sentido da extensão da manutenção dos níveis de produção até final de 2018, factor que impulsionaria o preço. Denotámos, contudo, que o mercado incorporou estas decisões antes das mesmas terem acontecido, pelo que o efeito preço sofreu antecipação ao longo do ano.

Estivemos perante um interesse muito forte na manutenção de uma política de preços elevados por parte da Arábia Saudita, por forma a aumentar o interesse na aquisição da posição da Aramco.

Para além da actividade da OPEP é importante analisar o efectivo mecanismo de oferta e procura e o seu impacto no preço. A indústria de Xisto terá diminuído o seu ímpeto de crescimento no primeiro semestre, mas recuperou algum fôlego com o novo patamar de preços entretanto observado. Assistir-se-á certamente ao longo de 2018 a uma tendência para a redistribuição das quotas de mercado e consequentemente, uma pressão no sentido da diminuição de preço. Contudo, a geopolítica liderará a formação de preços, posicionando os factores económicos intervenientes para um plano quase desprezível.

A mais recente poll da Reuters, muito influenciada pelo histórico de curto-prazo, aponta para uma cotação média do Brent de 67,40 USD/barril em 2018, com tendência de descida em 2019.



Realçamos ainda o facto de desde o início de 2018 se ter revelado uma quebra significativa das margens de refinação, o que permitiu que a variação dos preços dos produtos ficasse aquém da variação do Brent. No entanto, desde o início de Maio, as margens de refinação têm também recuperado, pelo que o GPL tem revelado aumentos de preço superiores ao do Brent. Conjugado com a forte depreciação do euro face ao USD, que se iniciou em meados de Abril, o preço do GPL em euros/ton está agora a rondar o valor orçamentado por nós para 2018.

Para 2018 a mesma poll (30/04) estima que o preço médio do petróleo possa oscilar entre os 56,0 USD/barril e os 73,96 USD/barril, cotando-se em média nos 67,40 USD/barril. No exercício orçamental para 2018 consideramos como cotação média 56,40 USD/barril, que compara com os actuais 79 USD/barril e com o máximo de 80,50 USD/barril, atingido no passado dia 17 de Maio.

Maio tem-se revelado como altamente impulsionador dos preços do petróleo e dos seus derivados, principalmente devido ao anúncio da retirada dos EUA do acordo nuclear com o Irão, e consequente anúncio de reactivação de sanções económicas àquele país; à inauguração da embaixada dos EUA em Jerusalém, com o consequente recrudescer da violência na região, à eficácia dos cortes na produção acordados entre a OPEP e a Rússia, e que se deverão prolongar até ao final de 2018; com a quebra significativa da produção na Venezuela devido a dificuldades económicas; a par da manutenção/intensificação do consumo a nível mundial.

Em 2017 o Euro ganhou força face aos principais pares cambiais. Perante a instabilidade política americana, o euro apreciou 13,8% face ao dólar. A Libra depreciou 3,5%, num contexto de

incerteza quanto ao seu futuro após a saída da União Europeia. A Reuters prevê na sua *poll* mais recente a manutenção do euro na casa dos 1,2425 USD/euro, que compara com a nossa previsão orçamental de 1,1776 USD/euro.

O ano de 2018 trouxe-nos um euro mais forte do que aquele que se considerou no exercício orçamental, o que contribuirá positivamente para o cumprimento dos objectivos propostos.

A nível nacional e de acordo com as projecções do Banco de Portugal, vamos continuar a crescer embora com um ritmo mais lento, uma vez que estamos em processo de saída de uma profunda crise e o incremento da confiança na economia não é exponencial.

Contudo, Portugal fecha 2017 com um aparente bom desempenho. Destaca-se nos lugares de topo de vários rankings europeus como o crescimento turístico, crescimento dos preços do imobiliário e redução do défice, apesar de ainda não ter superado alguns constrangimentos da economia, como a taxa de poupança e a capacidade para promover investimentos internos.

É fundamental reparar as deficiências que a última crise revelou na economia portuguesa, de forma a estarmos preparados e evitarmos que uma próxima crise incida sobre os mesmos pontos frágeis: dívida pública, crédito malparado, dependência do consumo, indústria sem vantagem competitiva e, incerteza quanto à permanência no Euro.

Uma poupança débil obrigou Portugal a deixar os seus activos e dívida sob o comando de terceiros, perdendo várias oportunidades de crescimento futuro do país. Enquanto isso, investidores estrangeiros perceberam o potencial económico de Portugal e das empresas nacionais, tendo investido e estando actualmente a condicionar a retenção interna de dividendos e mesmo políticas de incentivo por parte do Governo.

Entendemos que depois de um ano político essencialmente consagrado à reposição do poder de compra, é fundamental pensar na reposição da capacidade de investimento. Atrair capital estrangeiro foi uma necessidade nos anos de crise, cabendo agora aos portugueses voltarem a poupar e investir no país, para poderem colher os frutos do seu próprio crescimento.

A Exposição à actividade regulatória do Estado do sector de actividade onde estamos inseridos continua sujeito a grande escrutínio, tendo sido o ano de 2017 um período fustigado por forte intervenção estatal, regulamentação do sector através do Sistema Petrolífero Nacional (SPN), o que obriga a permanentes adaptações quer para fazer face às alterações legislativas já promulgadas quer às expectadas.

No primeiro trimestre de 2017, concretamente a 24 de Março, a estrutura accionista da OZDigal sofreu alterações impactantes quer na sua actividade, quer na das empresas Participadas. A aquisição por parte da OZ Energia SA, da participação de 50% anteriormente detida pelo Grupo Teixeira Duarte, aportou ao Grupo um novo dinamismo e alinhamento, não só pelo incremento da actividade, trazido pela utilização por parte da OZ Energia dos activos, mas também pela inclusão nos seus contratos da actividade da OZDigal. Atingiram-se sinergias anteriormente inalcançáveis e uma profunda optimização da estrutura de custos, que são consolidadas no tempo, por se repetirem anualmente, nomeadamente:

- O acesso aos mercados internacionais em condições mais competitivas, para a aquisição dos produtos que comercializamos. Os navios de GPL passaram a vir completos, o que proporcionou maior competitividade no preço de aquisição;
- A optimização da relação com parceiros externos, pela negociação conjunta de grandes contratos, como é o caso dos seguros, frota, e outros FSEs;
- Em Grupo, somos agora também considerados como parceiros preferenciais, por parte de outros players do mercado para a optimização das infra-estruturas existentes;
- O lançamento de um conjunto de projectos no âmbito operacional, que permitiram maximizar a eficácia das nossas plataformas logísticas;
- A transversalidade das equipas, promovendo a transferência de conhecimento e potenciando a experiência de alguns recursos que passaram a abarcar a responsabilidade nos dois Grupos;
- O aumento da rotação e rentabilidade do Terminal de Aveiro por via da utilização efectuada pela OZ Energia, retendo competitividade;
- A redução do número de quilómetros percorridos no transporte de GPL por transferir o local preferencial para abastecimento de Aveiro para a Trafaria (terminal propriedade da OZ Energia);
- O refinanciamento da dívida existente, escolhendo novos parceiros e ajustando maturidades, o que proporcionou um decréscimo significativo dos custos financeiros;

- No âmbito dos sistemas de informação, o início do desenvolvimento de um projecto estruturante para alavancar a diferenciação futura do nosso negócio;
- O processo de redefinição da imagem e novo posicionamento das marcas existentes, criando mais proximidade ao cliente final, alargando os pontos de contacto, quer nas plataformas digitais, quer no alargamento de horários de atendimento.

Paralelamente, e a nível interno fomos impelidos a introduzir componentes essenciais na gestão do Grupo:

- Definimos a nossa Visão e Missão e iniciámos o processo de selecção dos Valores que nos nortearão;
- Lançámos uma política de avaliação de desempenho que confere maior transparência e justiça ao processo de avaliação, atribuição de prémios de desempenho e progressão na carreira;
- Efectuámos dois exercícios orçamentais que nos permitiram tomar medidas correctivas atempadamente;
- Avaliámos e redefinimos toda a contratação externa, alterando procedimentos, optimizando activos, optando muitas vezes por preferir a integração de tarefas no seio da equipa em detrimento da subcontratação;
- Reajustámos a estrutura e definimos o organigrama da empresa, tendo centralizado os nossos recursos na sede como forma de optimizarmos procedimentos;
- Analisámos todas as áreas de negócio, a sua estrutura de custos, redefinindo rentabilidades;
- Criámos o Departamento de Novas Energias com a ambição de estarmos sempre na vanguarda da Energia da Nova Geração; revitalizámos o negócio solar e aspiramos ser o braço comercial do grupo ao qual, por inerência da aquisição, agora pertencemos.

Gás Canalizado

Assistimos ao longo dos últimos anos a alterações nos hábitos dos consumidores relativamente à escolha das fontes de energia. Os tempos mais recentes têm-se caracterizado por uma alteração e diminuição de consumo motivada por uma contenção económica mas também se começa a delinear uma maior consciencialização das populações sobre o impacto ambiental do consumo excessivo de energia e das suas implicações nas alterações climáticas.

Esta tendência reflecte-se no resultado da OZDigal que, em 2017, registou uma diminuição de 1% em volume comparativamente a 2016, no segmento do gás canalizado. No entanto, devido à sua política de retenção de clientes, e apesar da forte concorrência (do gás natural e da electricidade), manteve os seus cerca de 58.500 clientes. Este decréscimo sentiu-se também na margem bruta que reduziu 6% face ao ano transacto.

Gás Embalado

A curva do consumo global de GPL tem atenuado o seu percurso negativo, começando a ser possível antever uma recuperação para um futuro próximo. Contribuirão certamente as novas utilizações propostas e a atractividade da própria matéria-prima face aos seus principais competidores.

A consubstanciar esta tendência confirma-se uma ligeira diminuição do mercado do GPL (propano e butano) de 2% em 2017, face a uma diminuição de 1% em 2016. A OZDigal registou um comportamento positivo, com um crescimento de 10% em volume de GPL. Contribuíram as vendas do projecto ASA, a unidade com crescimento registado, resultado da estratégia comercial iniciada nos anos anteriores.

Apesar do crescimento, esta actividade mantém-se deficitária, uma vez que a transferência de vendas de gás embalado da marca Repsol (desenvolvido pela empresa Multigás) para a marca ASA implicou um forte aumento dos custos da operação, por via do preço praticado não reflectir a melhoria do nível de serviço prestado, situando-se este sempre abaixo do mercado, ao longo do ano. Este facto acarretou perdas na operação do Grupo e inibiu um melhor desempenho da

actividade de gás embalado, apesar da renegociação de condições comerciais com a marca OZ Energia.

Olhando para o segmento de embalado, registou-se um decréscimo de 12% do volume de butano e 4% de propano, tendo a marca Campingaz (garrafas e recargas) diminuído em 3% o volume de vendas, ficando aquém do esperado. Também no segmento de Granel, a OZDigal decresceu em 3% o volume vendido.

Equipamentos Solahart

O volume de negócio da área de equipamentos de energia solar-térmica manteve-se muito próximo do resultado em 2016, reflexo do desinvestimento registado nos últimos anos e da forte concorrência de operadores espanhóis. No entanto, durante o segundo semestre de 2017 foi criada uma nova estratégia comercial, com a alocação de recursos específicos, que visam a reactivação da parceria comercial com a marca Solahart, a reconquista dos clientes grossistas, o relançamento da actividade de manutenção preventiva aos equipamentos instalados e uma maior proximidade ao cliente final. É expectável que o esforço iniciado no segundo semestre de 2017, venha a demonstrar resultados já em 2018.

Prestação de Serviços

O valor das Prestações de Serviços, nomeadamente contratos de gás, cortes e reaberturas e reparações de equipamentos de energia solar-térmica, ficou bastante aquém de 2016. Parte deste resultado advém da retoma económica a que se assistiu em conjugação com a restruturação levada a cabo no processo de cobrança, que permitiu uma actuação mais atempada junto dos clientes, reduzindo assim, o número de cortes de gás e religações. A diminuição da facturação por via desta actividade é largamente compensada pela redução de custos levados a cabo para o efeito, pelo que encaramos este facto como muito positivo – redução de custos e aumento da satisfação do cliente promovendo a sua retenção e fidelização.

A actividade comercial prevista para 2018 aportará um novo dinamismo no segmento de gás propano canalizado pretendendo-se consubstanciar a relação com o cliente a longo prazo e ampliar a gama de produtos comercializados, quer por desenvolvimento do *portfolio* existente ou promovendo a oferta disponibilizada pelo Grupo OZ Energia.

A criação do departamento de novas energias visa sobretudo a adequação à evolução das tendências do consumo de energia e alargamento da oferta disponibilizada pelo Grupo aos seus clientes, tendo como foco o autoconsumo e as opções de origem renovável.

Ao nível da estrutura de custos operacionais está prevista a continuação da restruturação iniciada em 2017 sendo necessária uma análise mais fina de cada rúbrica e a sua efectiva necessidade/contribuição para os resultados da empresa.

A crescente integração comercial e operacional com as empresas do Grupo OZ Energia trará benefícios comerciais e optimização dos activos existentes, actualmente excedentários para as necessidades da empresa.

O activo da OZDIGAL, no montante de 24.192 mil euros, é maioritariamente constituído pelas suas participações financeiras/goodwill no valor de 15.824 mil euros e por contas a receber no montante de 7.906 mil euros.

Por sua vez o passivo, no montante de 10.608 mil euros, é composto essencialmente por empréstimos obtidos no montante de 10.305 mil euros. Os financiamentos obtidos aumentaram cerca de 47% de 2016 para 2017 tendo tido como principal fim o financiamento da actividade das suas participadas.

No final do primeiro trimestre de 2017, a OZDigal foi adquirida em 50% pela OZ Energia S.A., originando uma melhoria significativa em várias rúbricas, em relação a 2016, sendo que o esforço realizado no segundo semestre de 2017 para cumprir o orçamentado foi notório. São de realçar os seguintes valores globais:

- Variação positiva em 27% nas vendas;
- Variação positiva de 47% nos Custos Operacionais;
- Variação positiva de 257% no EBITDA de Gestão;
- Variação positiva de 192% no EBITDA geral;
- Variação positiva de 83% no Resultado antes de Imposto.

O EBITDA registado no período atingiu os 115 mil euros. O saldo entre ganhos e perdas resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial às suas participações financeiras foi negativo no montante de 695 mil euros.

A diferença entre ganhos e perdas de financiamento foi negativa em 142 mil euros.

Deste modo, a Sociedade apresenta no exercício de 2017 um resultado líquido negativo no valor de 694 mil euros o que representa uma melhoria significativa relativamente a 2016.

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apurado no exercício de 2017, negativo no montante de 694.145,67 € (seiscentos e noventa e quatro mil cento e quarenta e cinco euros e sessenta e sete cêntimos), seja levado a resultados transitados.

Sintra, 28 de Maio de 2017

O Conselho de Administração

Emanuel Vieira de Freitas
Presidente do Conselho de Administração

Micaela Ferreira da Silva
Vogal | CEO

Artur Duarte Caracol
Vogal

Marta Barbosa
Vogal

Henrique Monteiro Pinto
Vogal

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da sociedade, não são titulares de quaisquer acções da OZDIGAL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A, nem realizaram quaisquer operações com acções da sociedade durante o exercício de 2017.

OZDigal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OZDigal, S.A.
Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	Datas		
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016 (reexpresso)	1 de janeiro de 2016 (reexpresso)
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	12	2.681,50	-	-
Investimentos em subsidiárias	13	15.823.946,72	16.518.596,65	15.967.055,06
Outros ativos	15	225.000,00	225.000,00	225.000,00
Créditos a receber			-	100.000,00
		16.051.628,22	**16.743.596,65**	**16.292.055,06**
Ativo corrente				
Contas a receber	14	7.906.372,01	4.876.210,73	8.263.054,91
Outros ativos financeiros	15	171.528,08	39.274,72	13.102,75
Ativos financeiros detidos para negociação	16	-	19.024,99	34.867,01
Caixa e equivalentes de caixa	17	62.405,00	22.855,21	336.789,71
		8.140.305,09	**4.957.365,65**	**8.647.814,38**
Total do Ativo		**24.191.933,31**	**21.700.962,30**	**24.939.869,44**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital	18	21.000.000,00	21.000.000,00	21.000.000,00
Reservas legais	19	156.000,00	156.000,00	156.000,00
Resultados transitados	20	(6.512.475,96)	(3.372.894,29)	(839.529,98)
Ajustamentos de partes de capital		(365.129,35)	(365.129,35)	(365.129,35)
		14.278.394,69	**17.417.976,36**	**19.951.340,67**
Resultado líquido do período		(694.145,67)	(3.139.581,67)	(2.533.364,31)
Total do capital próprio		**13.584.249,02**	**14.278.394,69**	**17.417.976,36**
Passivo				
Passivo corrente				
Contas a pagar	21	263.551,95	359.226,12	11.667,37
Outros passivos financeiros	22	38.392,91	68.341,49	10.225,71
Empréstimos obtidos	23	10.305.739,43	6.995.000,00	7.500.000,00
		10.607.684,29	**7.422.567,61**	**7.521.893,08**
Total do passivo		**10.607.684,29**	**7.422.567,61**	**7.521.893,08**
Total do capital próprio e do passivo		**24.191.933,31**	**21.700.962,30**	**24.939.869,44**

O anexo faz parte integrante da Demonstração da posição financeira para o período findo em 31 de dezembro de 2017

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

OZDigal

OZDigal, S.A.

Demonstração dos resultados

nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em euros)

	Notas	Períodos	
		2017	2016 (reexpresso)
Prestações de serviços	4	1.016.506,27	
Outros proveitos operacionais	4	25.913,68	96,11
Total proveitos operacionais		1.042.419,95	96,11
Fornecimentos e serviços externos	5	(800.050,50)	(164.689,36)
Custos com pessoal	6	(93.352,31)	-
Depreciações e amortizações	7	(432,50)	-
Outros custos operacionais	8	(3.728,78)	(374.335,33)
Total custos operacionais		(897.564,09)	(539.024,69)
Resultados operacionais		**144.855,86**	**(538.928,58)**
Proveitos financeiros	9	220.273,70	490.764,78
Custos financeiros	9	(362.565,14)	(470.461,90)
Resultados financeiros	9	(142.291,44)	20.302,88
Ganhos / perdas relativos a investimentos em subsidiárias	13	(694.649,93)	(2.620.955,96)
Resultado antes de impostos		**(692.085,51)**	**(3.139.581,66)**
Impostos sobre os lucros	10	(2.060,16)	-
Resultado líquido do período		**(694.145,67)**	**(3.139.581,66)**
Resultado líquido por ação (básico e diluído) - Euros	11	(0,03)	(0,13)

O anexo faz parte integrante da Demonstração dos resultados para o período findo em 31 de dezembro de 2017

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

OZDigal

OZDigal, S.A.

Demonstração de outro rendimento integral nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em euros)

	Notas	Períodos	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Resultado líquido do período		(694.145,67)	(3.139.581,66)
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados:		-	-
Total do rendimento integral do período		(694.145,67)	(3.139.581,66)
Rendimento integral do período por ação (básico e diluído) - Euros	11	(0,03)	(0,13)

O anexo faz parte integrante da Demonstração de outro rendimento integral para o período findo em 31 de dezembro de 2017

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

OZDigal

OZDigal, S.A.

Demonstração das alterações no capital próprio nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Total do Capital Próprio
		Capital	Reservas legais	Resultados Transitados	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INICIO DO PERÍODO 2016 "SNC"		**21.000.000,00**	**156.000,00**	**(839.529,98)**	**(365.129,35)**	**(2.533.364,31)**	**17.417.976,36**
Impacto da adoção dos IFRS em 1 de janeiro de 2016		-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016 "IFRS"		**21.000.000,00**	**156.000,00**	**(839.529,98)**	**(365.129,35)**	**(2.533.364,31)**	**17.417.976,36**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						**(3.139.581,67)**	**(3.139.581,67)**
RESULTADO INTEGRAL							**(3.139.581,67)**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Aplicação do resultado de 2015	20			(2.533.364,31)		2.533.364,31	
		-		**(2.533.364,31)**	-	**2.533.364,31**	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016		**21.000.000,00**	**156.000,00**	**(3.372.894,29)**	**(365.129,35)**	**(3.139.581,67)**	**14.278.394,69**
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017		**21.000.000,00**	**156.000,00**	**(3.372.894,29)**	**(365.129,35)**	**(3.139.581,67)**	**14.278.394,69**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						**(694.145,67)**	**(694.145,67)**
RESULTADO INTEGRAL							**(694.145,67)**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Aplicação do resultado de 2016	20			(3.139.581,67)		3.139.581,67	
		-	-	**(3.139.581,67)**	-	**3.139.581,67**	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017		**21.000.000,00**	**156.000,00**	**(6.512.475,96)**	**(365.129,35)**	**(694.145,67)**	**13.584.249,02**

O anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio para o período findo em 31 de dezembro de 2017

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

OZDigal

OZDigal, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Período findo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	Períodos	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		222.469,05	-
Pagamentos a fornecedores		(833.855,22)	(83.769,13)
Pagamentos ao pessoal		(40.461,34)	-
Caixa gerada pelas operações		**(651.847,51)**	**(83.769,13)**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		998,32	2.434,56
Outros recebimentos/pagamentos		(207.925,57)	(2.385,17)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**(858.774,76)**	**(83.719,74)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos concedidos		(4.125.000,00)	(1.187.500,00)
		(4.125.000,00)	(1.187.500,00)
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos concedidos		1.816.260,57	1.525.000,00
Juros e rendimentos similares		429,52	398.923,84
		1.816.690,09	1.923.923,84
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**(2.308.309,91)**	**736.423,84**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamento obtidos		40.829.000,00	27.945.000,00
		40.829.000,00	27.945.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos		(37.428.260,57)	(28.450.000,00)
Juros e gastos similares		(194.104,97)	(461.638,60)
		(37.622.365,54)	(28.911.638,60)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**3.206.634,46**	**(966.638,60)**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2)		**39.549,79**	**(313.934,50)**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	17	**22.855,21**	**336.789,71**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17	**62.405,00**	**22.855,21**

O anexo faz parte integrante da Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período findo em dezembro de 2017

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

ANEXO

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A OZDigal, S.A., "OZDigal" ou "Empresa", foi constituída em 14 de novembro de 2006, com a designação social TDarcol SGPS, S.A., tendo a respetiva denominação e objeto social sido alterados em 28 de março de 2017.

A OZDigal tem como objeto social as seguintes atividades:

- A produção, armazenagem, distribuição e comercialização, por grosso e a retalho, de energia, combustíveis líquidos (incluindo para o sector da aviação), gasosos, lubrificantes e energias renováveis, bem como de equipamento conducentes à sua produção, armazenagem e distribuição;
- A distribuição e comércio de combustíveis gasosos por conduta, montagem e instalação de redes de gás, bem como exploração das armazenagens e das redes e ramais de distribuição de gás;
- A comercialização de eletricidade e gás natural;
- A recolha de resíduos perigosos; e
- A prestação de serviços logísticos, de consultoria, formação, manutenção de equipamentos e redes, assistência técnica, e outras atividades complementares ao sector petrolífero e energético.

Sede social: Rua das Lagoas – Campo Raso, 2710-142 Sintra
Capital social: 2.000.000 euros
N.º Comum de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de Pessoa Coletiva: 500 897 565

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 28 de maio de 2018. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação, nos termos da legislação comercial em vigor, pela Assembleia Geral de acionistas, cuja reunião está prevista realizar-se no dia 28 de abril de 2018.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

2. POLITÍCAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas identificadas nesta nota aplicam-se de forma transversal na preparação das Demonstrações Financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia. Deve entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro

("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações, emitidas pelo IFRS Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). O conjunto das referidas normas e interpretações serão designados genericamente por " IFRS".

Até 31 de dezembro de 2016 a OZDigal preparava as demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização contabilística (SNC).
As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustadas por forma a estarem de acordo com as IFRS. Os ajustamentos efetuados com efeito a 1 de janeiro de 2016, data da transição, foram efetuados de acordo com as disposições da IFRS 1 – Primeira Adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro. As divulgações definidas pela IFRS 1, relativas à transição do normativo contabilístico em vigor em Portugal para as IFRS, são apresentadas na nota 3.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico.

2.2. Adoção de IFRS/IAS novos ou revistos

Novas normas, interpretações, emendas e revisões adotadas pela União Europeia que têm aplicação obrigatória pela primeira vez em 1 de janeiro de 2017:

Norma/Interpretação	Data da eficácia	Regulamento de endosso pela União Europeia	Notas
IAS 7 - Revisão das divulgações - alterações	01-jan-17	Regulamento (CE) n.º 2017/1990 de 6 de novembro	Esta alteração na norma, introduz uma divulgação adicional relativa as variações dos passivos de financiamento, nomeadamente, divulgar em quadro desagregadores de movimentos por caixa e outros, para que estes conciliem com os fluxos de caixa das atividades de financiamento, apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.
IAS 12 - Reconhecimento de impostos diferidos ativos	01-jan-17	Regulamento (CE) n.º 2017/1989 de 6 de novembro	Nesta alteração à norma clarificou-se três pontos: i) contabilizar impostos diferidos ativos, relacionados com os ativos mensurados ao justo valor; ii) como estimar os lucros tributários futuros quando existam diferenças temporárias dedutíveis; iii) como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, quando existem restrições na lei.
Ciclo anual de melhorias 2014-2016: IFRS 12 – Divulgações de interesses noutras entidades	01-jan-17	Regulamento n.º 182/2018	O âmbito da IFRS 12 inclui participações financeiras em subsidiárias, associadas e/ou empreendimentos conjuntos que fazem parte de grupos detidos para alienação (no âmbito da IFRS 5), e que a isenção da IFRS 12 respeita apenas à divulgação de informação financeira resumida destas entidades.

A OZDigal adotou as alterações acima referidas, não havendo qualquer impacto significativo nas suas Demonstrações Financeiras.

Novas normas, alterações e interpretações adotadas pela União Europeia mas sem aplicação efetiva aos exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2017 mas, aplicadas antecipadamente.

Norma/Interpretação	Data da eficácia	Regulamento de endosso pela União Europeia	Notas
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (Substitui a IAS 39)	01-jan-18	Regulamento (CE) n.º 2016/2060 de 22 de novembro	Nova norma com as seguintes alterações: i)simplifica a mensuração dos ativos financeiros com base no modelo de negócio definido pela Administração; ii) reconhecimento da componente de "*own credit risk*" na mensuração voluntária de passivos ao justo valor; iii) reconhecimento de imparidades sobre créditos a receber, com base no modelo de perdas estimadas; iv) regras de contabilidade de cobertura que se pretende que estejam mais alinhadas com o racional económico da cobertura de risco definida pela Administração.

A aplicação antecipada da IFRS 9 não apresentou qualquer impacto significativo nas demonstrações da empresa. Os principais enfoques de alterações na norma aplicáveis à OZDigal foram nos seguintes aspetos:

- Classificação e mensuração: a OZDigal no seu Balanço e nos seus Capitais Próprios não teve qualquer impacto pela aplicação dos novos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9.

- Imparidade: a norma requer que a empresa utilize o modelo de perdas estimadas para o reconhecimento de imparidades, ao invés do modelo de perdas incorridas. A política da OZDigal no reconhecimento de imparidades, face ao exposto na norma não teve impacto nas demonstrações financeiras.

Novas normas, alterações e interpretações adotadas pela União Europeia mas sem aplicação efetiva aos exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2017 mas, não aplicadas antecipadamente.

Norma/Interpretação	Data da eficácia	Regulamento de endosso pela União Europeia	Notas
IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	01-jan-18 [1]	Regulamento (CE) n.º 2016/1905 de 22 de novembro	Esta nova norma aplica-se a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços a clientes. Esta norma exige que a empresa reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita, e pelo montante que reflete a contraprestação a que a empresa tem direito.

Norma/Interpretação	Data da eficácia	Regulamento de endosso pela União Europeia	Notas
IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes - clarificações	01-jan-18 [1]	Regulamento (CE) n.º 2017/1987 de 31 de outubro	Estas clarificações introduzem as seguintes informações adicionais: i) determinação das obrigações de desempenho de um contrato ii) determinação do momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade industrial; iii) identificação dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente; iv) seleção de novos regimes transitórios para a adoção da IFRS 15.
IFRS 16 - Locações (Substitui a IAS 17)	01-jan-19 [2]	Regulamento (CE) n.º 2017/1986 de 31 de outubro	Os locatários são obrigados a reconhecer para todos os contratos de locação, um passivo de locação - correspondente aos pagamentos futuras das rendas da locação e um ativo relativo ao "direito de uso". Apenas estão isentos desta obrigação de contabilização as locações com um período inferior a 12 meses ou locações que incidam sobre ativos de valor reduzido).
IFRS 4 - Contratos de seguro	01-jan-18	Regulamento (CE) n.º 2017/1988 de 31 de outubro	Esta alteração da norma permite que volatidade que resulte da aplicação da IFRS 17 possa ser reconhecida em Outro rendimento integral ou em resultados do período.

[1] Poderá ser aplicada antecipadamente

[2] Poderá ser aplicada antecipadamente desde que a IFRS 15 também seja adotada ou esteja em vigor à mesma data

Novas normas, alterações e interpretações emitidas à data de 31 de dezembro de 2017 mas ainda **não** adotadas pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data da eficácia	Regulamento de endosso pela União Europeia	Notas
IAS 40 - Propriedades de investimento - clarificações	01-jan-18	-	Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - clarificações	01-jan-19	-	Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados.

Norma/Interpretação	Data da eficácia	Regulamento de endosso pela União Europeia	Notas
IFRS 12 - Pagamento com base em ações - clarificações	01-jan-18	-	Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equitysettled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.
IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos - clarificações	01-jan-19	-	Esta alteração esclarece que os investimentos de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estejam a ser mensurados através do método da equivalência patrimonial, são contabilizadas segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas antes de ser efetuado qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo;

IFRS 17 - Contratos de seguros - nova	01-jan-21	-	Esta norma irá revogar a norma IFRS 4 – Contratos de seguros e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospetiva.
Melhorias às normas 2014 – 2016	01-jan-17	-	Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de adoção pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta as seguintes normas: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28

Norma/Interpretação	**Data da eficácia**	**Regulamento de endosso pela União Europeia**	**Notas**
Melhorias às normas 2015 – 2017	01-jan-19	-	Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de adoção pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta as seguintes normas: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11;
IFRS 22 - Operações em moeda estrangeira e Contraprestação antecipada - nova	01-jan-18	-	Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira.
IFRS 23 - Incerteza no tratamento de Imposto sobre o rendimento - nova	01-jan-18	-	Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento que se refere aos requisitos de mensuração e registo a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal relativamente a Imposto sobre o Rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração Fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no valor esperado ou no valor mais provável. A aplicação da

IFRIC 23 pode ser retrospetiva ou retrospetiva modificada.

2.3. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os Ativos fixos tangíveis encontram-se registados de acordo com o modelo do custo, ou seja o item do ativo está escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A depreciação de um ativo começa quando este esteja disponível para uso, i.e., quando estiver na localização e na condição necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida.
O modelo de depreciação utilizado é o método da linha reta, aplicado consistentemente de período para período.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	3

O ganho, ou perda, decorrente do desreconhecimento de um item do ativo fixo tangível deve ser determinado como a diferença entre os proveitos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada do item.

2.4. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

Os investimentos financeiros nas empresas subsidiárias encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação no capital próprio dessas empresas reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas subsidiárias por contrapartida de "Ganhos/perdas relativos a investimentos em subsidiárias", e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de "Ajustamentos de partes de capital", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como "Investimentos em subsidiárias - *goodwill*". Nos casos em que o custo de

aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

Goodwill

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas como *goodwill.* No caso de subsidiárias é mantido na rubrica de investimentos em subsidiárias na Demonstração da Posição Financeira.

Um ativo intangível com vida útil indefinida – *goodwill*, não é amortizado.
O ativo não é amortizado mas, é efetuado um teste a imparidade (comparando a sua quantia recuperável com a sua quantia escriturada). Com periodicidade anual e sempre que haja uma indicação que o *goodwill* possa estar em imparidade.
Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na Demonstração dos resultados do exercício e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.
Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho do exercício em que ocorre a aquisição.

2.5. IMPOSTO SOBRE OS LUCROS

O Imposto sobre os lucros registado na demonstração dos resultados representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

2.5.1. IMPOSTO CORRENTE

Imposto corrente é a quantia a pagar (a recuperar) de impostos sobre o rendimento respeitantes ao lucro tributável (perda fiscal) de um período.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor. Os resultados tributáveis podem diferir dos resultados contabilísticos, uma vez que podem excluir diversos custos e proveitos que apenas sejam dedutíveis ou tributáveis em exercícios futuros, bem como custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

2.5.2. IMPOSTO DIFERIDO

Os ativos por impostos diferidos são as quantias de impostos sobre o rendimento recuperáveis em períodos futuros respeitantes a:

a) Diferenças temporárias dedutíveis;
b) O reporte de perdas fiscais não utilizadas; e
c) O reporte de créditos fiscais não utilizados.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

2.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.6.1. CONTAS A RECEBER E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

As contas a receber e outros ativos financeiros não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade.
As perdas por imparidade são registadas assim que sejam esperadas. A Empresa de acordo com o seu modelo de crédito de perdas esperadas, reconhece antecipadamente as possíveis perdas por *impairment*.

2.6.2. CONTAS A PAGAR E OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

2.6.3. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juros efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo. Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do relato.

2.6.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Empréstimos obtidos", expressa no passivo corrente.

2.6.5. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da Empresa após dedução dos passivos. Os instrumentos de capital próprio emitidos pela Empresa são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

2.7. IMPARIDADE

2.7.1. IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

À data de cada relato, a Empresa avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade, não inclui, os inventários e os ativos por impostos diferidos.
A indicação quanto à imparidade é efetuada tendo em conta fontes externas e internas de informação, como:

- Valor de mercado;
- Alterações significativas com efeito adverso na Empresa, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal;
- As taxas de juro sobre o investimento aumentaram durante o período;
- Evidência de obsolescência do ativo.

Se existe uma indicação de que o ativo se encontra em imparidade a Administração faz uma estimativa formal da quantia recuperável.

Mensuração da quantia recuperável
A quantia recuperável corresponde ao valor mais elevado entre o seu justo valor e a sua unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso.

Reconhecimento e mensuração de uma perda por imparidade
Se a quantia recuperável de um ativo for inferior à sua quantia escriturada, a quantia escriturada do ativo deve de ser reduzida para a sua quantia recuperável – perda por imparidade.
As perdas por imparidade são reconhecidas nos lucros ou prejuízos da Empresa.

Reverter uma perda por imparidade
As perdas por imparidade relativas a ativos não financeiros são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações ou amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.7.2. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

Clientes, devedores e outros ativos financeiros
A Empresa regista as perdas por imparidade de acordo com o seu modelo de perdas de crédito esperadas, o *impairment* baseia-se nas perdas esperadas (não nas incorridas) calculadas por meio do uso de possíveis perdas de crédito.

2.8. RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.
Os proveitos são reconhecidos na data da prestação dos serviços. Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

2.9. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando: i) a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

2.10. JUÍZOS DE VALOR DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, proveitos e custos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.
As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

i) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, de acordo com a nota 2.3;

ii) Análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber conforme referido na nota 2.6.1;

iii) Provisões: A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das

demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

2.11. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.
Os eventos após a data da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da posição financeira, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.12. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Tendo em consideração o descrito na nota 3 abaixo, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 com impactos na posição financeira ou no resultado das operações, nem foram registados erros materiais ou alterações de estimativas contabilísticas significativas relativas a exercícios anteriores.

3. PRIMEIRA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO

Conforme referido na nota 2.1, anteriormente as demonstrações financeiras eram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.
A Empresa adotou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em 2017, tendo aplicado para o efeito a "IFRS 1 – Primeira adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro", sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de janeiro de 2016.
A IFRS 1 estabelece, como princípio genérico, que as políticas contabilísticas sejam adotadas retrospetivamente, e os ajustamentos à data de transição (1 de janeiro de 2016) sejam registados em Resultados Transitados com as exceções previstas na mesma norma.

Como exceção àquele principio prevista na mesma IFRS 1, os ativos e passivos surgidos de concentrações de atividades empresariais (IFRS 3) cujas datas de aquisição antecederam a data da transição não foram ajustados pelo que, os Goodwill apurados antes daquela data foram mantidos pelo respetivo valor, líquido de amortizações acumuladas, enquanto que as amortizações praticadas posteriormente foram anuladas, passando ainda a estar sujeitos a testes anuais de imparidade, ou sempre que existam indícios da mesma.

O detalhe dos ajustamentos de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro, quanto aos Capitais Próprios e Resultado líquido do exercício, é o seguinte:

Ajustamentos a 1 de janeiro de 2016		Ajustamentos a 31 de dezembro de 2016	
Capitais Próprios		**Capitais Próprios**	
Total do Capital Próprio (SNC)	17.417.976,36	Total do Capital Próprio (SNC)	13.514.973,81
Ajustamentos de transição		Ajustamentos de transição	763.420,88
Total do Capital Próprio (IFRS)	17.417.976,36	Total do Capital Próprio (IFRS)	14.278.394,69
Resultado Líquido do exercício		**Resultado Líquido do exercício**	
Resultado Líquido do exercício (SNC)	(2.533.364,31)	Resultado Líquido do exercício (SNC)	(3.903.002,55)
Ajustamentos de transição		Ajustamentos de transição	763.420,88
Resultado Líquido do exercício (IFRS)	(2.533.364,31)	Resultado Líquido do exercício (IFRS)	(3.139.581,67)

O efeito dos ajustamentos de transição de SNC para IFRS na Demonstração da posição financeira a 1 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2016, é o seguinte:

Rubricas	1 de janeiro de 2016		
	SNC	Ajustamentos de transição	IFRS
ATIVO			
Ativo não corrente			
Goodwill	7.634.208,66	(7.634.208,66)	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8.332.846,40	(8.332.846,40)	-
Investimentos em subsidiárias	-	15.967.055,06	15.967.055,06
Outros investimentos financeiros	225.000,00	(225.000,00)	-
Outros ativos		225.000,00	225.000,00
Créditos a receber	100.000,00	(100.000,00)	-
Contas a receber		100.000,00	100.000,00
	16.292.055,06	-	**16.292.055,06**
Ativo corrente			
Contas a receber	-	8.263.054,91	8.263.054,91
Outros ativos financeiros	-	13.102,75	13.102,75
Estado e outros entes públicos	9.160,55	(9.160,55)	-
Outros créditos a receber	8.253.894,36	(8.253.894,36)	-
Diferimentos	13.102,75	(13.102,75)	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	34.867,01	34.867,01
Outros ativos financeiros - Títulos negociáveis	34.867,01	(34.867,01)	-
Caixa e depósitos bancários	336.789,71	(336.789,71)	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	336.789,71	336.789,71
	8.647.814,38	-	**8.647.814,38**
Total do Ativo	**24.939.869,44**	-	**24.939.869,44**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital	21.000.000,00	-	21.000.000,00
Reservas legais	156.000,00	-	156.000,00
Resultados transitados	(839.529,98)	-	(839.529,98)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	(365.129,35)	365.129,35	-
Ajustamentos de partes de capital	-	(365.129,35)	(365.129,35)
	19.951.340,67	-	**19.951.340,67**
Resultado líquido do período	(2.533.364,31)	-	(2.533.364,31)
Total do capital próprio	**17.417.976,36**	-	**17.417.976,36**
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.667,37	(11.667,37)	-
Contas a pagar	-	11.667,37	11.667,37
Outros passivos financeiros	-	10.225,71	10.225,71
Empréstimos obtidos	7.500.000,00	-	7.500.000,00
Outras dívidas a pagar	10.225,71	(10.225,71)	-
Total do passivo	**7.521.893,08**	-	**7.521.893,08**
Total do capital próprio e do passivo	**24.939.869,44**	-	**24.939.869,44**

Rubricas	31 de dezembro de 2016		
	SNC	Ajustamentos de transição	IFRS
ATIVO			
Ativo não corrente			
Goodwill	6.870.787,78	(6.870.787,78)	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8.884.387,99	(8.884.387,99)	-
Investimentos em associadas	-	16.518.596,65	16.518.596,65
Outros investimentos financeiros	225.000,00	(225.000,00)	-
Outros ativos	-	225.000,00	225.000,00
	15.980.175,77	**763.420,88**	**16.743.596,65**
Ativo corrente			
Contas a receber	-	4.876.210,73	4.876.210,73
Outros ativos financeiros	-	39.274,72	39.274,72
Estado e outros entes públicos	6.725,99	(6.725,99)	-
Outros créditos a receber	4.876.210,73	(4.876.210,73)	-
Diferimentos	32.548,73	(32.548,73)	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	19.024,99	19.024,99
Outros ativos financeiros - títulos negociáveis	19.024,99	(19.024,99)	-
Caixa e depósitos bancários	22.855,21	(22.855,21)	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	22.855,21	22.855,21
	4.957.365,65	-	**4.957.365,65**
Total do Ativo	**20.937.541,42**	**763.420,88**	**21.700.962,30**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital	21.000.000,00	-	21.000.000,00
Reservas legais	156.000,00	-	156.000,00
Resultados transitados	(3.372.894,29)	-	(3.372.894,29)
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	(365.129,35)	365.129,35	-
Ajustamentos de partes de capital	-	(365.129,35)	(365.129,35)
	17.417.976,36	-	**17.417.976,36**
Resultado líquido do período	(3.903.002,55)	763.420,88	(3.139.581,67)
Total do capital próprio	**13.514.973,81**	**763.420,88**	**14.278.394,69**
Passivo corrente			
Contas a pagar	-	359.226,12	359.226,12
Outros passivos financeiros	-	68.341,49	68.341,49
Empréstimos obtidos	6.995.000,00	-	6.995.000,00
Outras dívidas a pagar	427.567,61	(427.567,61)	-
	7.422.567,61	-	**7.422.567,61**
Total do passivo	**7.422.567,61**	-	**7.422.567,61**
Total do capital próprio e do passivo	**20.937.541,42**	**763.420,88**	**21.700.962,30**

O efeito dos ajustamentos de transição de SNC para IFRS na Demonstração dos Resultados 31 de dezembro de 2016, é o seguinte:

	31 de dezembro 2016		
	SNC	Ajustamentos de transição	IFRS
Outros proveitos operacionais		96,11	96,11
Outros rendimentos	96,11	(96,11)	0,00
Total proveitos operacionais	96,11	-	96,11
Fornecimentos e serviços externos	(164.689,36)		(164.689,36)
Aumentos/reduções de justo valor	(15.842,02)	15.842,02	-
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(763.420,88)	763.420,88	-
Outros gastos	(358.493,31)	358.493,31	-
Outros custos operacionais		(374.335,33)	(374.335,33)
Total custos operacionais	(1.302.445,57)	763.420,88	(539.024,69)
Resultados operacionais	**(1.302.349,46)**	**763.420,88**	**(538.928,58)**
Proveitos financeiros		490.764,78	490.764,78
Custos financeiros		(470.461,90)	(470.461,90)
Resultados relativos a atividades de investimento:			
Resultados relativos a subsidiárias	(2.620.955,96)	2.620.955,96	-
Ganhos/perdas relativos a investimentos em subsidiárias		(2.620.955,96)	(2.620.955,96)
Juros e rendimentos similares obtidos	490.764,78	(490.764,78)	-
Juros e gastos similares suportados	(470.461,90)	470.461,90	
Resultados financeiros	(2.600.653,08)	-	(2.600.653,08)
Resultado antes de impostos	**(3.903.002,54)**	**763.420,88**	**(3.139.581,66)**
Resultado líquido do período	**(3.903.002,54)**	**763.420,88**	**(3.139.581,66)**

4. PROVEITOS OPERACIONAIS

Os proveitos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram como se segue:

	2017	2016
Prestações de serviços - partes relacionadas [i] (Nota 24)	**1.016.506,27**	-
Outros proveitos operacionais		
Atualização do justo valor em ativos financeiros (Nota 16)	19.748,03	-
Ganhos na alienação de ativos financeiros (Nota 16)	6.100,65	-
Outros	65,00	96,11
	25.913,68	**96,11**
	1.042.419,95	**96,11**

[i] As prestações de serviços da OZDigal são referentes aos serviços de assessoria de gestão - SLA (*Service Level Agreement*)/MF (*Management Fees*) prestados às empresas participadas.

5. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentam a seguinte decomposição:

	2017		2016	
	Partes relacionadas (Nota 24)	Outras entidades	Partes relacionadas (Nota 24)	Outras entidades
Subcontratos				
Serviços especializados				
Serviços de assessoria de gestão	697.500,00	-	146.341,67	-
Auditoria e consultoria	-	32.100,00	-	4.300,00
Publicidade e propaganda	-	4.856,08	-	-
Trabalhos especializados	-	4.057,50	-	5.063,98
Serviços de informática	-	1.900,00	-	-
Honorários	-	295,62	-	-
Outros	2.216,13	34.813,37	-	30,30
Materiais	-	510,90	-	-
Energia e fluídos	65,19	662,63	-	-
Deslocações, estadas e transportes	-	150,35	-	-
Serviços diversos				
Custos serviços bancários	-	11.385,33	-	8.370,66
Seguros	-	4.730,67	-	-
Rendas e alugueres	3.190,90	1.490,83	-	-
Contencioso e notariado	-	80,00	-	582,75
Comunicação	-	45,00	-	-
	702.972,22	**97.078,28**	**146.341,67**	**18.347,69**

A rúbrica Serviços de assessoria de gestão inclui:

- Serviços de gestão operacional, nomeadamente, logística, abastecimentos e integração operacional, prestados pela entidade Oz Energia Gás, S.A..

- Serviços de gestão operacional de recursos humanos, de prestadores de serviços e de mercado canalizado, prestados pela entidade Arcolgeste, S.A.

6. CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foi como se segue:

	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais		-
Remunerações do pessoal	74.412,87	-
Indemnizações	2.009,32	-
Encargos sobre remunerações	16.655,08	-
Seguros	243,04	-
Outros custos com o pessoal	32,00	-
	93.352,31	**-**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, o número médio de funcionários foi de 2. No ano de 2016 a empresa não tinha qualquer funcionário ao seu serviço.

7. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

As depreciações e amortizações nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são as seguintes:

	2017	2016
Depreciações de ativos fixos tangíveis		
Equipamento administrativo	432,50	-
	432,50	**-**

8. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Os Outros custos operacionais nos períodos findos em 31 de dezembro 2017 e 2016, foram os seguintes:

	2017	2016
Outros custos operacionais		
Impostos	1.976,82	1.493,28
Outros	1.469,00	250,00
Insuficiência de estimativa para impostos	195,28	-
Taxas	87,68	103,64
Multas	-	788,25
Indemnizações	-	355.858,14
Atualização do justo valor em ativos financeiros (Nota 16)	-	15.842,02
	3.728,78	**374.335,33**

O montante relativo a indemnizações no ano de 2016 refere-se ao cumprimento de cláusulas contratuais previstas no contrato de venda de ações da sua antiga associada – Petrin, celebrado em 23 de março de 2015.

9. RESULTADOS FINANCEIROS

Os Resultados financeiros alcançados pela empresa nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são os que seguem:

	2017	2016
Proveitos financeiros		
Juros obtidos	220.273,70	490.764,78
	220.273,70	**490.764,78**
Custos financeiros		
Juros suportados	278.302,00	383.478,30
Outros custos de financiamento	84.263,14	86.983,61
	362.565,14	**470.461,91**
Resultados financeiros	**(142.291,44)**	**20.302,87**

A rúbrica Juros obtidos em 2017 e 2016, inclui valores relativos a partes relacionadas no montante de 216.476,20 euros e 484.641,96 euros, respetivamente (Nota 24).

A rúbrica Juros suportados em 2017 e 2016, inclui valores relativos a partes relacionadas no montante de 84.197,03 euros e 244.656,17 euros, respetivamente (Nota 24).

10. IMPOSTO SOBRE O LUCRO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), à taxa de 21%, incidente sobre a matéria coletável apurada. À coleta de IRC assim apurada, acresce ainda Derrama Municipal, incidente sobre o lucro tributável, e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%. Adicionalmente, caso o lucro tributável seja superior a 1.500.000 euros, a parte que excede o montante de 1.500.000, 7.500.000 e 35.000.000 euros é sujeito a Derrama Estadual às taxas de 3%, 5% e 7%, respetivamente.

Aos montantes apurados e descritos anteriormente, acresce ainda tributação autónoma sobre as despesas/ encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC.

No processo de apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico montantes que não concorrem fiscalmente. Estas diferenças entre resultado contabilístico e fiscal, podem ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2013 podem ser reportados por um período de 5 anos. Os prejuízos fiscais apurados a partir de 2014 são reportáveis durante um período de 12 (doze) anos. Os prejuízos fiscais gerados de 2017 em diante, são reportáveis por um período de 5 (cinco) anos, sendo suscetíveis de dedução a lucros tributáveis apurados *a posteriori*, estando tal dedução limitada a 70% do lucro tributável apurado no período de tributação em que se realize.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido dedução de prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, aqueles prazos podem ser alargados ou suspensos.
O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais a períodos de tributação passíveis de revisão não terão um efeito significativo nas Demonstrações Financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2017 e 2016.

O imposto sobre os lucros nos períodos findos em 2017 e 2016, apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
Resultado antes de impostos	(692.085,51)	(3.903.002,55)
Taxa nominal de imposto	21%	21%
Imposto esperado	(145.337,96)	(819.630,54)
Diferenças permanentes		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	694.584,93	2.621.744,21
Outras situações líquidas	4.965,06	-
Taxa nominal de imposto	21%	21%
	146.905,50	550.566,28
Ajustamentos à coleta - tributação autónoma	2.060,16	-
Imposto sobre os lucros	**2.060,16**	**-**
Imposto corrente	2.060,16	-

11. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação foram calculados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, considerando o seguinte:

	2017	2016
Resultado por ação básico		
- Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	(694.145,67)	(3.139.581,66)
- Resultado para efeito de cálculo do rendimento integral por ação básico	(694.145,67)	(3.139.581,66)
- Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	21.000.000	21.000.000
Resultado líquido por ação (básico e diluído)	(0,03)	(0,15)
Rendimento integral por ação (básico e diluído)	(0,03)	(0,15)

Pelo facto de nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 não existirem efeitos diluidores do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

12. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, relativos aos Ativos fixos tangíveis, depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

	Equipamento administrativo	Total
Ativo bruto:		
Saldo em 1 de janeiro 2016	-	-
Saldo em 31 de dezembro 2016	-	-
Aquisições	**3.114,00**	**3.114,00**
Alienações / Abates	-	-
Saldo em 31 de dezembro 2017	**3.114,00**	**3.114,00**
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo em 1 de janeiro 2016	-	
Saldo em 31 de dezembro 2016	-	
Reforços	**432,50**	**432,50**
Alienações / Abates	-	
Saldo em 31 de dezembro 2017	**432,50**	**432,50**
Valor líquido:		
Em 31 de dezembro 2016	-	-
Em 31 de dezembro 2017	**2.681,50**	**2.681,50**

As aquisições no ano de 2017 registadas na rúbrica Equipamento administrativo são referentes à aquisição de equipamento informático no montante global de 3.114 euros.

13. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

As empresas subsidiárias que, em 31 de dezembro 2017, foram registadas pelo método de equivalência patrimonial, são as seguintes:

Denominação social subsidiária	Sede	% de participação efetiva
Digal - Distribuição e Comércio, S.A.	Rua das Lagoas - Campo Raso - Sintra	100%
ACG - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.	Rua das Lagoas - Campo Raso - Sintra	100%
Tanquigás - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.	Rua das Lagoas - Campo Raso - Sintra	100%
Multigás - Sociedade Comercial e Distribuidora de Gás, S.A.	Rua das Lagoas - Campo Raso - Sintra	100%
PPS - Produtos Petrolíferos, S.A.	Rua das Lagoas - Campo Raso - Sintra	100%

As partes de capital, detidas em empresas subsidiárias, tiveram os seguintes movimentos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2016	8.332.846,40	7.634.208,66	15.967.055,06
Efeito do método de equivalência patrimonial			
Efeito no resultado período	(2.620.955,96)	-	(2.620.955,96)
Efeito em Capitais próprios	-	-	-
Aumentos	3.172.497,55	-	3.172.497,55
Reduções	-	-	-
Outros	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.884.387,99	7.634.208,66	**16.518.596,65**
Saldo em 1 de janeiro de 2017	8.884.387,99	7.634.208,66	16.518.596,65
Efeito do método de equivalência patrimonial			
Efeito no resultado período	(694.649,93)	-	(694.649,93)
Efeito em Capitais próprios	-	-	-
Aumentos	-	-	-
Reduções	-	-	-
Outros	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.189.738,06	7.634.208,66	**15.823.946,72**

Os aumentos ocorridos no período findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 3.172.497,55 euros, referem-se à cobertura de prejuízos na participada PPS por conversão de dívida em investimento.

O detalhe dos investimentos em subsidiárias em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como se segue:

	2017		
	Partes de capital	Goodwill	Valor do investimento
Digal, S.A.	4.578.227,49	7.251.424,35	11.829.651,84
ACG, S.A.	54.437,90	211.162,28	265.600,18
Tanquigás, S.A.	509.142,32	96.982,57	606.124,89
Multigás, S.A.	484.710,68	59.625,46	544.336,14
PPS, S.A.	2.563.219,67	15.014,00	2.578.233,67
	8.189.738,06	**7.634.208,66**	**15.823.946,72**

	2016		
	Partes de capital	Goodwill	Valor do investimento
Digal, S.A.	4.240.672,91	7.251.424,35	11.492.097,26
ACG, S.A.	425.728,30	211.162,28	636.890,58
Tanquigás, S.A.	526.209,10	96.982,57	623.191,67
Multigás, S.A.	575.056,60	59.625,46	634.682,06
PPS, S.A.	3.116.721,08	15.014,00	3.131.735,08
	8.884.387,99	**7.634.208,66**	**16.518.596,65**

Os valores do goodwill são sujeitos a testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de que os mesmos possam estar em imparidade.

Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa às quais o goodwill é atribuído, são determinados com base nos fluxos de caixa esperados utilizando projeções de fluxos de caixa com base em projeções financeiras aprovadas pela Administração.
Estas projeções abrangem um período de 5 anos, descontados através das taxas de desconto, descritas abaixo, que foram calculadas com base no custo médio ponderado do capital ("WACC") e ajustado pelos riscos específicos do mercado.

Os fluxos de caixa para além desse período de cinco anos foram projetados utilizando as seguintes taxas:

	2017	2016
Taxa de desconto	9,10%	8,11%
Taxa de crescimento na perpetuidade	0,50%	1,00%

13.1. O EFEITO DO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL NOS RESULTADOS:

A aplicação do método de equivalência patrimonial teve o seguinte impacto nos resultados de 2017 e 2016:

	Ganhos / perdas relativos a investimentos em subsidiárias	
	2017	2016
Digal, S.A.	337.554,58	(1.392.172,77)
ACG, S.A.	(371.290,40)	(307.017,28)
Tanquigás, S.A.	(17.066,78)	(27.488,76)
Multigás, S.A.	(90.345,92)	(10.998,23)
PPS, S.A.	(553.501,41)	(883.278,92)
	(694.649,93)	**(2.620.955,96)**

A principal informação financeira relativa às empresas subsidiárias em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:

	Ativos totais		Passivos totais	
	2017	2016	2017	2016
Digal, S.A.	20.652.692,63	16.974.650,62	16.074.465,14	12.733.978,25
ACG, S.A.	1.681.301,33	1.613.462,07	1.626.863,44	1.187.733,77
Tanquigás, S.A.	538.666,73	576.736,58	29.525,24	50.527,48
Multigás, S.A.	1.014.166,61	849.223,03	529.455,93	274.166,43
PPS, S.A.	15.245.426,42	16.073.543,50	12.457.206,75	12.731.822,42
	39.132.253,72	**36.087.615,80**	**30.717.516,50**	**26.978.228,35**

	Proveitos operacionais		Resultado líquido do período	
	2017	2016	2017	2016
Digal, S.A.	16.457.330,70	19.914.813,75	337.555,12	(1.392.172,77)
ACG, S.A.	8231988,08	5382000,62	(371.290,41)	(307.017,28)
Tanquigás, S.A.	96.368,15	222.722,51	(17.067,61)	(27.488,76)
Multigás, S.A.	1.922.942,34	2.038.529,05	(90.345,92)	(10.998,23)
PPS, S.A.	1.739.695,92	1.745.029,12	(553.501,41)	(883.278,92)
	28.448.325,19	**29.303.095,05**	**(694.650,23)**	**(2.620.955,96)**

14. CONTAS A RECEBER

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as Contas a receber apresentam a seguinte composição:

	Corrente	
	2017	**2016**
Clientes		
Clientes - partes relacionadas (Nota 24)	216.476,20	-
	216.476,20	**-**
Outros devedores		
Acréscimos de proveitos - partes relacionadas (Nota 24)	1.016.506,27	222.469,05
Empréstimos concedidos - partes relacionadas (Nota 24)	6.673.389,54	4.454.650,11
Outros devedores	-	199.091,57
	7.689.895,81	4.876.210,73
	7.906.372,01	**4.876.210,73**

A avaliação do grau de realização, bem como, a avaliação das perdas esperadas, relativamente aos saldos de clientes e outros devedores, não revelaram a necessidade de registar quaisquer perdas por imparidade.

O saldo da rubrica "Acréscimos de proveitos" no período de 2017 é referente ao valor das prestações de serviços de assessoria de gestão efetuados pela OZDigal às suas subsidiárias os quais foram faturados no ano de 2018.

Empréstimos concedidos

- Empréstimo concedido à participada PPS, contratado até ao montante máximo de 10.000 milhares de euros destinado a apoio à tesouraria. O empréstimo tem a duração de 1 ano e termina a 31 de dezembro de 2018. O montante em divida vence juros remuneratórios trimestrais, com base na taxa média de financiamento (incluindo imposto de selo, as despesas bancárias e demais encargos suportados com as operações de financiamento apurado por igual período pela PPS). O montante em divida à data de dezembro de 2017 ascende a 6.423 milhares de euros;
- Empréstimo concedido à participada ACG para apoio à tesouraria. O empréstimo tem a duração de 1 ano e termina a 4 de janeiro de 2018. O montante em divida vence juros remuneratórios trimestrais, com base na taxa média de financiamento (incluindo imposto de selo, as despesas bancárias e demais encargos suportados com as operações de financiamento apurado por igual período pela OZDigal). O montante em divida à data de 31 de dezembro de 2017 ascende a 250 milhares de euros.

15. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os outros ativos financeiros nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentam a seguinte composição:

	2017		2016	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Impostos a receber				
IRC a recuperar				
IRC - retenção na fonte	-	107,39	-	1.725,99
IRC - pagamento especial por conta	-	4.425,00	-	5.000,00
IRC - estimado	-	(2.060,16)	-	-
		2.472.23		6.725,99
Impostos sobre o valor acrescentado ("IVA")	-	165.015,85	-	-
Outros	-	5,04	-	
	-	**167.493,12**	**-**	**6.725,99**
Diferimentos				
Custos a reconhecer - seguros		1.224,38		4.300,00
Outros custos a reconhecer	-	2.464,62	-	28.247,95
	-	**3.689,00**	**-**	**32.547,95**
Outros ativos				
Prestações acessórias concedidas a subsidiárias [i]	225.000,00	-	225.000,00	-
Outros - FCT	-	345,96	-	-
	225.000,00	**345,96**	**225.000,00**	**-**
	225.000,00	**171.528,08**	**225.000,00**	**39.273,94**

i- Montante das prestações acessórias concedidas à subsidiária PPS.

16. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, relativos aos financeiros detidos para negociação, foram os seguintes:

	Ativos financeiros detidos para negociação
Saldo em 1 de janeiro de 2016	34.867,01
Efeito do justo valor	
Aumentos de justo valor	-
Diminuições de justo valor (Nota 8)	(15.842,02)
Aumentos	-
Reduções	-
Outros	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	19.024,99
Saldo em 1 de janeiro de 2017	19.024,99
Efeito do justo valor	
Aumentos de justo valor (Nota 4)	19.748,03
Diminuições de justo valor	-
Aumentos	-
Reduções [i]	(38.773,02)
Outros	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-

i- A empresa vendeu a totalidade dos títulos negociáveis (45.190 títulos) referente ao Fundo de participação da Caixa económica do Montepio Geral (CEMG), pelo montante de 45.280,40 euros, gerando uma mais-valia contabilizada na Demonstração dos resultados – "Justo valor" títulos negociáveis no montante de 6.100,65 euros (Nota 4).

17. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa		
Depósitos à ordem	62.405,00	22.855,21
	62.405,00	**22.855,21**

A rubrica Caixa e equivalentes de caixa compreende os depósitos que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

18. CAPITAL

O capital subscrito e realizado, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estava representado por 21.000.000 ações com valor nominal de 1 euro, cada.

	2017			2016	
	N.º ações	% Capital		N.º ações	% Capital
Oz Energia, S.A.	10.500.000	50,00%	Tedal, SGPS, S.A.	10.479.000	49,99%
Arcolgeste, S.A.	10.500.000	50,00%	Arcolgeste, S.A.	10.500.000	50,00%
	-	-	Outros	21.000	0,01%
	21.000.000	**100,00%**		**21.000.000**	**100,00%**

No decurso do ano 2017 verificou-se a alteração da titularidade dos detentores de capital da empresa. A empresa Oz Energia, S.A. (pertencente ao Grupo Gestmin) passou a ser titular de 50% do capital, que no ano anterior, pertencia em 49,99% à Tedal, SGPS, S.A. e o remanescente a Outras entidades.

19. RESERVA LEGAL

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

20. RESULTADOS TRANSITADOS

Os movimentos na rúbrica Resultados transitados, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram os seguintes:

	Resultados transitados
Saldo em 1 de janeiro de 2016	(839.529,98)
Aumentos	-
Diminuições	(2.533.364,31)
Outros	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(3.372.894,29)**
Saldo em 1 de janeiro de 2017	(3.372.894,29)
Aumentos	-
Diminuições	(3.903.002,54)
Ajustamentos IFRS (Nota 3)	763.420,88
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(6.512.475,95)**

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 29 de março de 2016, foram aprovadas as contas do período de 2016 e foi decidido que o Resultado líquido negativo em 3.903.002,54 euros, fosse levado a Resultados transitados.

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 3 de maio de 2016, foram aprovadas as contas do período de 2015 e foi decidido que o Resultado líquido negativo em 2.533.364,31 euros, fosse levado a Resultados transitados.

21. CONTAS A PAGAR

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as Contas a pagar apresentam a seguinte composição:

	Corrente	
	2017	2016
Fornecedores		
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 24)	163.970,64	-
Fornecedores - outras entidades	71.235,11	-
	235.205,75	**-**
Outros credores		
Acréscimos de custos - partes relacionadas (Nota 24)	28.269,18	28.269,18
Acréscimos de custos - outras entidades	-	327.588,96
Credores diversos – partes relacionadas (Nota 24)	-	1.395,51
Credores diversos	77,02	1.972,47
	28.346,20	**359.226,12**
	263.551,95	**359.226,12**

O saldo da rubrica "Acréscimos de custos - outras entidades" em 31 de dezembro de 2016, refere-se à estimativa de custos a incorrer com o cumprimento de cláusulas contratuais previstas no contrato de venda de ações da sua antiga associada – Petrin, celebrado em 23 de março de 2015.

22. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Os outros passivos financeiros nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentam a seguinte composição:

	Corrente	
	2017	2016
Impostos a pagar		
Retenção de imposto sobre o rendimento	2.991,00	-
Contribuições para a segurança social e outros	3.540,18	-
	6.531,18	**-**
Outros acréscimos		
Remunerações a pagar	7.188,04	-
Prémios a pagar	3.000,00	-
Outros acréscimos de custos	21.673,69	68.341,49
	31.861,73	**68.341,49**
	38.392,91	**68.341,49**

23. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O montante dos empréstimos obtidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, eram os seguintes:

	2017		2016	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Papel Comercial	-	3.500.000,00	-	2.000.000,00
Contas caucionadas	-	-	-	4.000.000,00
Outros empréstimos obtidos (Nota 24)	-	6.805.739,43	-	995.000,00
	-	**10.305.739,43**	**-**	**6.995.000,00**

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Empréstimos obtidos", no valor de 10.306 milhares de euros, respeita a:

- Contrato Programa de Emissão de Papel Comercial, por subscrição particular contratado em 20 de agosto de 2008, o qual foi objeto de um 12.º aditamento em 29 de junho de 2017, cujos outorgantes foram o Banco Comercial Português, S.A., o Banco Millennium BCP Investimento, S.A. e a OZDigal. O Papel Comercial é emitido em contínuo até ao montante máximo de 3.500.000 euros, vencendo juros postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a 360 dias, divulgada no 2.º dia útil anterior à data de subscrição de cada emissão, acrescida de 1,40%. O valor em dívida à data de 31 de dezembro de 2017 ascende a 3.500 milhares de euros;

- A rubrica Outros empréstimos obtidos é referente a um empréstimo concedido pela participada Digal cujo contrato estabelece o montante máximo de 7.500 milhares de euros destinado ao apoio à tesouraria da OZDigal. O empréstimo tem a duração de 1 ano e termina a 23 de março de 2018. O montante em divida vence juros remuneratórios trimestrais, com base na taxa média de financiamento (incluindo imposto de selo, as despesas bancárias e demais encargos suportados com as operações de financiamento apurado por igual período pela OZDigal). O montante em divida à data de dezembro de 2017 ascende a 6.806 milhares de euros;

24. PARTES RELACIONADAS

Conforme referido na nota 18, a empresa é detida em 50% pela empresa Arcolgeste e 49,90% pela Oz Energia, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas na Gestmin, SGPS.
Todas as empresas pertencentes ao Grupo Gestmin, bem como, os seus acionistas, administradores e empresas relacionadas com o Grupo são consideradas como partes relacionadas da empresa.

Os saldos com as partes relacionadas ascendem a 31 de dezembro de 2017 e 2016, aos seguintes montantes:

	Contas a receber (Nota 14)		Acréscimos de proveitos (Nota 14)		Empréstimos concedidos (Nota 14)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Digal	-	-	864.030,33	-	-	-
PPS	208.612,64	-	25.412,66	222.469,05	6.422.854,17	4.454.650,11
ACG	7.863,56	-	15.247,59	-	250.535,37	-
Tanquigás	-	-	10.165,06	-	-	-
Multigás	-	-	101.650,63	-	-	-
	216.476,20	**-**	**1.016.506,27**	**222.469,05**	**6.673.389,54**	**4.454.650,11**

	Contas a pagar (Nota 21)		Acréscimos de custos (Nota 21)		Empréstimos obtidos (Nota 23)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Digal	84.197,03	1.395,51	28.269,18	28.269,18	6.805.739,43	995.000,00
OZ Energia	79.773,61	-	-	-	-	-
	163.970,64	**1.395,51**	**28.269,18**	**28.269,18**	**6.805.739,43**	**995.000,00**

As transações com as partes relacionadas ascendem a 31 de dezembro de 2017 e 2016, aos seguintes montantes:

	Prestações de serviços (Nota 4)		Juros obtidos (Nota 9)	
	2017	2016	2017	2016
PPS	25.412,66	-	208.612,64	484.641,96
ACG	15.247,59	-	7.863,56	-
Digal	864.030,33	-	-	-
Tanquigás	10.165,06	-	-	-
Multigás	101.650,63	-	-	-
	1.016.506,27	**-**	**216.476,20**	**484.641,96**

	Fornecimentos e serviços externos (Nota 5)		Juros suportados (Nota 9)	
	2017	2016	2017	2016
Digal	-	-	84.197,03	244.656,17
OZ Energia	432.972,22	-	-	-
Arcolgeste	270.000,00	146.341,67	-	-
	702.972,22	**146.341,67**	**84.197,03**	**244.656,17**

25. PASSIVOS CONTIGENTES, GARANTIAS ECOMPROMISSOS

Para garantia do bom cumprimento das obrigações assumidas no contrato de compra e venda da participada Petrin, datado de 23 de março de 2015, a empresa entregou à compradora uma garantia bancária à primeira interpelação, no valor de 500.000 euros, válida até 10 de abril de 2019.
Caso em 31 de março de 2019, exista alguma responsabilidade pendente nos termos do referido contrato, a OZDigal obriga-se a entregar uma nova garantia bancária pelo valor de tal responsabilidade válida pelo prazo máximo de um ano e assim sucessivamente na medida em que tais responsabilidades se mantenham.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidas de acordo com o disposto nas Normas

25.1. OUTRAS RESPONSABILIDADES

A empresa OZDigal é avalista da livrança subscrita pela Digal junto do Novo Banco pelo empréstimo financeiro contratado junto da referida instituição financeira, em 50% das obrigações garantidas.

Pelo empréstimo contratado pela PPS junto do Montepio Geral, a empresa subscreveu uma livrança em branco, para a qual a OZDigal é avalizadora, em 50% das obrigações garantidas.

26. GESTÃO DE RSICOS FINANCEIROS

Princípios Gerais:

A empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:
- risco de taxa de juro decorrente do passivo financeiro;
- risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da empresa;
- risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira da empresa assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte da empresa. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta.
De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o passivo financeiro é composto por 100 % de taxa de juro variável.
Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1% durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os resultados financeiros daqueles exercícios teriam aumentado/(diminuído) em 31.387,57/(31.387,57) euros e 1.157,68/(1.157,68) euros, respetivamente.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados da empresa.

Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios da empresa com o objetivo de:
- limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

As perdas por imparidade nas contas a receber, são calculadas considerando:
- a análise da antiguidade das contas a receber;
- o perfil de risco do cliente;
- as condições financeiras dos clientes;
- estimativa de perdas esperadas.

Em 31 de dezembro de 2017, é convicção do Conselho de Administração que os saldos das contas a receber são integralmente realizáveis, pelo que não foram contabilizadas quaisquer perdas por imparidade para fazer face a eventuais prejuízos que possam advir da não realização de créditos registados.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as contas a receber de clientes e empréstimos concedidos para as quais não foram registadas perdas por imparidade, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são as seguintes:

2017	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Saldo
Empréstimos obtidos	10.305.739,43	-	-	-	**10.305.739,43**
Fornecedores	235.205,75	-	-	-	**235.205,75**
Outros credores	28.346,20	-	-	-	**28.346,20**
Impostos a pagar	6.531,18	-	-	-	6.531,18
	10.575.822,56	-	-	-	**263.551,95**

2016	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Saldo
Empréstimos obtidos	6.995.000,00			-	**6.995.000,00**
Outros credores	359.226,12	-	-	-	**359.226,12**
	7.354.226,12	**0,00**	**0,00**	-	**359.226,12**

27. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃOA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

A OZDigal prosseguiu a sua atividade no mercado em que atua não tendo ocorrido factos ou eventos subsequentes à data da Demonstração da Posição Financeira com impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

2017	Não vencido	Até 180 dias	De 180 dias a 360 dias	Mais de 360 dias	Saldo
Clientes	216.476,20	-	-	-	**216.476,20**
Empréstimos concedidos	6.673389,54	-	-	-	**6.673389,54**
	6.889.865,74	0,00	0,00	0,00	**6.889.865,74**

2016	Não vencido	Até 180 dias	De 180 dias a 360 dias	Mais de 360 dias	Saldo
Empréstimos concedidos	4.454.650,11	-	-	0,00	**4.454.650,11**
	4.454.650,11	0,00	-	0,00	**4.454.650,11**

A qualidade de crédito das contas a receber não vencidas incluídas no quadro acima, é monitorizada numa base regular com base nos objetivos acima descritos.

Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, a empresa procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados. O passivo financeiro com vencimento até um ano é, sempre que se entenda adequado, substituído com maturidade a médio e longo prazo.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme segue: